

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS

Ata da 2ª Reunião do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD
Realizada em 22 de agosto de 2007

1. Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e sete, às quatorze horas e trinta minutos, no Salão Oeste do palácio do Planalto, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, para a 2ª Reunião do CONAD, sob a presidência do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional Antidrogas, Jorge Armando Felix e coordenada pelo Secretário Nacional Antidrogas e Secretário Executivo do CONAD, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa. Presentes os Conselheiros Titulares: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, representante da Secretaria Nacional Antidrogas; Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Virginia Toniati, representante do Ministério das Relações Exteriores; Getúlio Bezerra Santos, representante do Departamento de Polícia Federal; Pedro Gabriel Godinho Delgado, representante do Ministério da Saúde; Mauro de Brito, representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Paulo Márcio Neves Rodrigues, representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras; Lúcia Helena Lodi, representante do Ministério da Educação; Francisco de Antônio Souza Brito, representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Mariza Seixas Tardeli Azevedo, representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Luizemir Wolney Carvalho Lago, representante dos Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes; Ronaldo Ramos Laranjeira, representante do Conselho Federal de Medicina; Mônica Gorgulho, representante do Conselho Federal de Psicologia; Fátima Regina de Souza Campos Roriz, representante da Imprensa e o antropólogo, Edward John Baptista das Neves MacRae.
2. A reunião contou, ainda, com a presença dos convidados: José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; Alfredo Peres da Silva, Presidente do Departamento Nacional de Trânsito; Ana Costa, representando o Presidente da Fundação Nacional do Índio; Bruna Marchiori, Carlos Coloma e Maria de Jesus Mendes, da Fundação Nacional de Saúde e Maria José Delgado Fagundes, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
3. Item 1 – ABERTURA – O Presidente do CONAD deu boas vindas e cumprimentou os Conselheiros, convidados e demais pessoas presentes, e abriu os trabalhos informando os itens da pauta da reunião.
4. Item 2 – ASSINATURA DOS TERMOS DE POSSE – O Presidente do CONAD deu posse aos conselheiros titulares: Virginia Toniati, representante do Ministério das Relações Exteriores; Mauro de Brito, representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Paulo

f. b. m. r.

Paulo Yog de Miranda Uchôa


Virginia Toniati

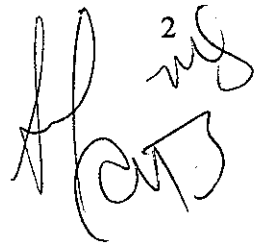
Mauro de Brito

Márcio Neves Rodrigues, representante do Conselho de Controle de Administração Financeira; Pedro Gabriel Delgado, representante do Ministério da Saúde; Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ronaldo Ramos Laranjeira, representante do Conselho Federal de Medicina e ao suplente, Francisco Cordeiro, representante do Ministério da Saúde.

5. Item 3 – RESULTADOS DAS PESQUISAS - Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira e Padrões de Consumo de Álcool e Outras Drogas na População Indígena. O Presidente do CONAD informou que com o diagnóstico apresentado pelas pesquisas, o CONAD e os Ministérios parceiros (Saúde, Justiça, Cidades, Transportes e Educação) terão força e argumentos técnicos para a implementação da Política Nacional sobre o Álcool. Ressaltou ainda que, em primeiro lugar, essas pesquisas reúnem dados importantes para as políticas públicas de redução de riscos e danos do consumo abusivo do álcool e ajudará, também, a entender a transição do baixo risco para o uso nocivo do álcool. Em segundo, os dados mostram quanto e como o brasileiro adulto bebe; como bebem os adolescentes brasileiros; o beber com maior risco de problemas nos adultos; comportamento do beber e dirigir; apoio da população às políticas públicas sobre o uso de bebidas alcoólicas; discussão e conclusões.
6. Prosseguindo, informou que essa Pesquisa foi encomendada pela SENAD, em 2003, à Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Coordenada pela equipe do Dr. Ronaldo Laranjeira e com a participação dos Doutores: Ilana Pinsky, Marcos Zaleski e Raul Caetano, consultor internacional da Universidade do Texas. Acrescentou que será apresentado, hoje, apenas um resumo dos dados mais relevantes, mas a Pesquisa completa, será publicada, em livro, nos próximos dias. Ressaltou que pela primeira vez, no Brasil, na área da saúde mental, se fez uma pesquisa que representasse cem por cento da população brasileira, ou seja, atingindo não somente a população urbana, mas, também, a população rural. A seguir passou a palavra ao Dr. Ronaldo Laranjeiras para apresentação dos dados sobre Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira.
7. O Dr. Ronaldo Laranjeira, pesquisador da UNIFESP e atualmente, também, Conselheiro do CONAD, representando o Conselho Federal de Medicina, iniciou sua apresentação informando que a Pesquisa consistiu na aplicação de três mil questionários, sendo que destes, dois mil e seiscentos representam a população brasileira maior de 14 anos e quatrocentos questionários com os adolescentes, em cento e quarenta e três cidades sorteadas, em todo o Brasil. Os dados solicitados na entrevista foram: dirigir alcoolizado; efeitos prejudiciais do beber; conceitos de dependência; formas de tratamento do álcool; traumas; depressão; violência na infância e violência familiar. Explicou que esta é a primeira pesquisa que representa cem por cento da população brasileira, exceto indígena e as pessoas institucionalizadas.
8. Dando prosseguimento, apresentou os dados mais relevantes da Pesquisa: frequência do beber: 48% da população brasileira não bebe, sendo, 59% mulheres e 35% homens e 25% da população bebe frequentemente; com relação às faixas etárias – de 60 a 70% das pessoas idosas não bebem e 15% da população idosa bebe frequentemente; da população jovem no Brasil, 30% dos mais jovens bebem frequentemente; com relação às regiões: na região sul, 36% da população bebe frequentemente e na norte, são 14%; quanto às classes sociais – 30% da classe A bebe frequentemente e na classe E, são 17%. Em termos da quantidade usual - 29% da população bebe mais do que 5 doses, quando bebe.
9. Quanto ao tipo de bebida - a cerveja representa 60% do consumo de todas as bebidas alcoólicas; o vinho e as bebidas semelhantes ao vinho 25%, os destilados 12% e, 60% do consumo, principalmente do consumo problemático tem a cerveja como a bebida de escolha. Com relação ao sexo, os homens bebem mais destilados, enquanto as mulheres bebem mais vinhos e cerveja.

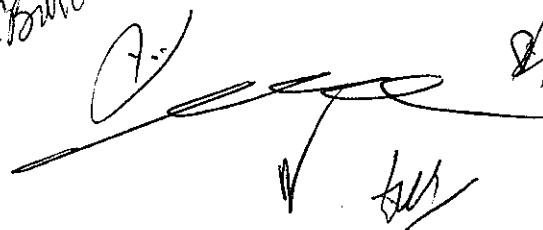
Francisco

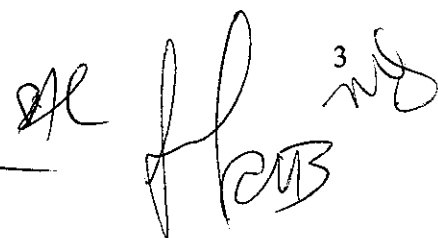
 

 2 mg

10. Quanto à população de adolescentes - comparando os de até 17 anos com os de 18 e 25 anos, em termos de início do consumo, aqueles jovens um pouco mais velhos do que os adolescentes, tinham começado o consumo por volta de 15 anos e a população de adolescentes atual, por volta dos 13,9. O que se constatou foi que, hoje, 18% dos adolescentes bebem freqüentemente e sem distinção entre meninos e meninas. O que é preocupante no caso dos adolescentes, é que eles bebem 4 ou 5 doses de uma só vez - 4 doses para mulher, 5 doses para homem. Ressalta-se que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, beber é ilegal, mas, obviamente, em todos os países, existe um padrão de consumo nessa faixa etária.
11. A Pesquisa, também constatou, que um problema relevante é a relação do beber e dirigir - no Brasil não temos controles sociais em relação ao beber e dirigir. Quando perguntado às pessoas que dirigiam, qual era a freqüência de dirigir após beberem 3 doses, foram mais de 20% das pessoas que fazem isso regularmente - bebem e dirigem em seguida. Mesmo as pessoas que não bebem, já foram passageiras num carro com o motorista alcoolizado. Pelo menos 18% das pessoas já fizeram isso, mais de 5 vezes na vida.
12. Outro aspecto importante, com relação ao uso indevido do álcool - foi perguntado à população o quanto ela apoiava determinadas políticas em relação ao álcool. Por exemplo, quanto a programas de prevenção nas escolas, 90% da população apóiam; programas de tratamento para alcoolismo, também 90% das pessoas apóiam; a campanha que o Governo Federal está lançando recebeu o apoio de 85% da população; quase 60% da população apóia o aumento de impostos para bebidas alcoólicas e, mais de 50% das pessoas apóiam a idéia de aumentar a idade mínima legal, para venda de álcool,
13. Padrões de Consumo de Álcool e outras Drogas na População Indígena - A Conselheira Paulina Duarte apresentou os dados preliminares do Levantamento da Pesquisa que foi realizada com a coordenação geral da SENAD, a coordenação dos trabalhos de campo pela FUNAI e pela equipe do Dr. Ronaldo Laranjeiras da UNIFESP. Essa equipe era composta, *in loco*, por um médico psiquiatra, três antropólogos, um geógrafo e um psicólogo. O Levantamento teve como objetivo, conhecer a realidade do consumo de álcool e de outras drogas, e o seu impacto na vida das comunidades indígenas, visando à implementação do Projeto de Prevenção do Uso de Álcool entre Populações Indígenas. Foram pesquisadas onze comunidades nas cinco regiões geográficas do Brasil. Abrangeu 7 etnias, num total de 1.450 (hum mil e quatrocentos e cinquenta) pessoas de ambos os sexos. A idade dos pesquisados foi de 18 a 64 anos inclusive. Na coleta dos dados, foi utilizada a técnica de terapia comunitária que é uma metodologia de trabalho em grupo, que foi desenvolvida pelo Professor Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará, que permitiu a discussão com esses grupos populacionais sobre as dificuldades vivenciadas pela comunidade a partir da experiência, sem descuidar da cultura e discutindo com eles, o fortalecimento das redes existentes na própria comunidade indígena.
14. Ainda a respeito da Levantamento, a Conselheira Paulina Duarte informou que foram pesquisados dados: sócio-demográficos; de saúde; de educação; de trabalho; de moradia; diversidade cultural versus uso de álcool e outras drogas; prevalência do uso do álcool e outras drogas; padrão de consumo do álcool e outras drogas; associação entre o uso de álcool e outras drogas e suicídio. Foram levantados, também, a pedido da FUNAI, os dados sobre as ocorrências de tentativas e de suicídios entre a população indígena, objetivando detectar suas causas. As aldeias pesquisadas foram: no Estado do Amazonas, nas aldeias Umariçu I e II, a etnia Ticuna; no Estado da Bahia, nas aldeias Coroa Vermelha e Barra Vela, a etnia Pataxó; no Estado do Paraná, nas aldeias de Magueirinha, Palmeirinha e Trevo, a etnia Kaingang; no Estado do Mato Grosso do Sul, nas aldeias de Jaguapiru e Bororó as etnias Kaiowá, Terena e Guarani; no Estado de Minas Gerais, nas aldeias Barreiro Preto,

ABUKO



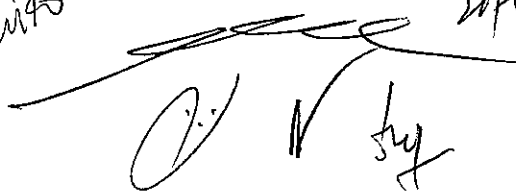


3

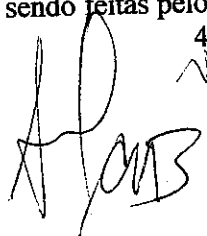
Brejo e Mata Fome, a etnia Xacriabá. Acrescentou que após o fechamento de todos os dados do Levantamento, será disponibilizado em publicação eletrônica e escrita.

15. Item 4 – PALAVRA DO MINISTRO DA SAÚDE – O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, convidado do CONAD para a Reunião, parabenizou a SENAD e a UNIFESP, pela realização da Pesquisa sobre Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira e ressaltou que essa Pesquisa vem cobrir uma lacuna importante e marcar, de uma vez por todas, a qualidade e a sustentabilidade de um conjunto de informações que, de um lado, é um alerta para a sociedade brasileira e, de outro, um instrumento de política pública fundamental, não só na implementação de um conjunto de estratégias, mas, também, do monitoramento, no futuro, do conjunto de estratégias. O fato de ser uma Pesquisa abrangente, que aborda as diversas dimensões do consumo, seu impacto na vida social, na vida pessoal e na saúde de cada um, é muito importante porque, antes, o que se tinha eram investigações ou pesquisas de recortes do impacto do álcool nas várias dimensões da vida social. Agora, institui um único instrumento, de maneira consolidada e integrada, que vem num momento especial, que é o lançamento pelo Presidente Lula, da Política Nacional sobre o Álcool. Acrescentou que a recente campanha do Ministério da Saúde, com o apoio do Ministério das Cidades e da SENAD, veiculada na mídia, inclui, também, peças de marketing social, utilizando esquetes de novelas. Finalizou, alertando que o Ministério da Saúde em parceria com os Ministérios da Educação, das Cidades, dos Transportes, a SENAD e a FIOCRUZ, terão um grande desafio pela frente, mas com serenidade e determinação darão continuidade à Política sobre o Álcool, que considera um problema de saúde pública de grande relevância.
16. Item 5 – ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL SOBRE O ALCOL – Em prosseguimento à Pauta, a Conselheira Paulina Duarte esclareceu a respeito da Política Nacional sobre o Álcool – PNA, composta de nove medidas, com diversas ações para reduzir e prevenir os danos à saúde e à vida, bem como as situações de violência e de criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas na população brasileira. Inicialmente, foi feito um diagnóstico sobre o consumo de bebidas alcoólicas. Após o diagnóstico, a primeira ação foi o Levantamento dos Padrões de Consumo de Álcool e outras Drogas na População Brasileira e na População Indígena. A segunda ação, já em andamento, também articulada por diversos órgãos do Governo, é uma grande pesquisa nacional sobre o impacto do uso de bebidas alcoólicas por motoristas no trânsito brasileiro. Esse projeto vem sendo coordenado pela SENAD, em articulação com os Ministérios: das Cidades, por meio do DENATRAN; da Saúde, por intermédio da ANVISA; da Educação; da Justiça por meio da Polícia Rodoviária Federal; com o Programa Volvo de Segurança nas Estradas; com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e com outros parceiros e universidades onde estão sendo discutidos vários estudos. Informou que nas próximas reuniões do CONAD, já será possível apresentar ao Colegiado, a abrangência desses estudos, que pretende abordar a prevalência e o impacto do consumo do álcool e outras drogas: na economia; na saúde; na morbidade e na mortalidade, por motoristas privados, motoristas profissionais, motociclistas; motoristas de transporte coletivo e de transporte de carga.
17. Com relação à propaganda de bebidas alcoólicas, a Conselheira Paulina Duarte adiantou que o Governo vem trabalhando intensamente, com um Grupo coordenado pela SENAD, para definir medidas legais, no sentido de diminuir o teor alcoólico do que é considerado como bebida alcoólica. Hoje a Lei nº 9.294/96, define como bebida alcoólica apenas aquelas bebidas que contêm acima de 13 graus Gay Lussac, para efeitos de consumo e de propaganda. Nesse Grupo, composto por vários órgãos de Governo, está sendo discutido qual é a melhor medida legal para que se possa fazer essa alteração, assim como a discussão da proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Com relação ao tratamento e reinserção social de usuários e dependentes, várias ações vêm sendo feitas pelo

Abuário



SAR



4

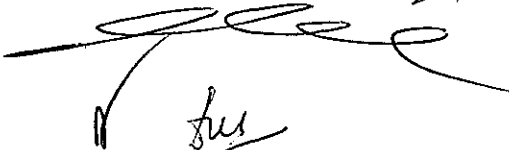
Ministério da Saúde e pela SENAD que está trabalhando na reedição do Curso Supera, que é um Curso sobre intervenção breve e entrevista de aconselhamento motivacional para profissionais da rede básica de saúde, que tem como objetivo a identificação precoce dos quadros de abuso e dependência e a evidente intervenção breve nas próprias unidades de saúde. Em relação à redução da demanda de álcool por populações vulneráveis, está sendo preparado pela SENAD e pela FUNAI, um piloto, provavelmente com a etnia Ticuna, no Estado do Amazonas.

18. Quanto à Segurança Pública, várias ações estão em curso, como por exemplo, a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. A respeito da associação álcool e trânsito estão sendo discutidas várias ações no âmbito do DENATRAN. Com relação à capacitação de profissionais e de agentes multiplicadores de informações, a SENAD vem trabalhando em grandes frentes, capacitando educadores, profissionais da rede básica de saúde, conselheiros comunitários e lideranças das comunidades.
19. Acrescentou ainda, que a última medida determinada pelo Presidente da República foi o estabelecimento de parceria com municípios no desenvolvimento de ações municipais. Provavelmente na próxima reunião do CONAD, a SENAD e a SENASP já tragam alguns critérios para serem aprovados por esse Colegiado a fim de que seja destinado recursos do Fundo Nacional Antidrogas e do Fundo Nacional de Segurança Pública para aqueles municípios que apresentarem projetos com o objetivo de reduzir a violência e a criminalidade associada ao consumo do álcool. Os critérios já estão sendo discutidos por um grupo de trabalho e, em breve, serão trazidos para apreciação e aprovação do Colegiado.
20. Ainda com relação à PNA o Conselheiro Pedro Gabriel informou que algumas ações estão sendo desenvolvidas no Ministério da Saúde, principalmente, a partir da promulgação do Decreto nº 6.117/2006, que institui a Política Nacional sobre o Álcool, que tem seguido uma linha de trabalho com duas prioridades bem estabelecidas e discutidas num Comitê Assessor da Política de Álcool e Drogas do Ministério, que são Álcool e Trânsito e Álcool e Jovens. Acrescentou que embora na Política do Álcool todos os demais aspectos sejam contemplados e o Ministério da Saúde tenha o compromisso principalmente com a questão da promoção da saúde e da atenção, essa linha de atuação vem sendo uma espécie de balizamento estratégico para as questões relacionadas com o problema do álcool, jovens e trânsito. A seguir, apresentou ao Colegiado as campanhas que estão sendo veiculadas na mídia. Acrescentou que a receptividade que tem chegado ao Ministério da Saúde tem mostrado o acerto dessa linha da redução de riscos e danos, inclusive, com comentários relacionados a percepção de que não se trata de uma campanha proibicionista ou moralista, mas que propõe a redução dos riscos associados ao consumo nocivo, com relação à questão da prevenção e promoção. Quanto à rede de atendimento, o Ministério da Saúde está investindo na ampliação de serviços ambulatoriais e nos Centros de Atenção Social Álcool e Droga - CAPS AD. Há uma decisão recente, que talvez seja formalizada no dia 30 próximo, quando ocorrerá uma reunião importante com os três gestores do SUS, onde será decidido um investimento na atenção básica. Informou que nesse investimento, será incluído o componente da saúde mental, álcool e drogas em geral. Com isso, provavelmente, deverá ser atingido de maneira mais visível, na população da rede do Programa de Saúde da Família, onde 26 mil equipes de saúde da família passarão a contar com um mecanismo de matriciamento - que são pessoas treinadas para treinar e supervisionar essas equipes. É uma equipe para cerca de 10 equipes de saúde da família.
21. O Senhor Alfredo Peres da Silva, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN informou que com relação à PNA, há grande dificuldade na fiscalização do álcool ao dirigir, que são ações que não podem ser feitas por meio de equipamentos eletrônicos e sim, diretamente pelos agentes de trânsito e policiais rodoviários na fiscalização, na parada do motorista e na ação de fazê-lo assoprar o bafômetro. Somente

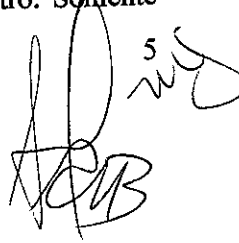
Abuko



SME



5
SMB



com esse tipo de ação será possível mostrar ao condutor que ele corre o risco de ser penalizado pelo seu estado de embriaguez. Com relação aos municípios, eles assumiram as funções de agência de trânsito. Já são 834 municípios que integraram ao Sistema Nacional e representam mais de 90% dos veículos. Obedecendo as diretrizes da PNA, o DENATRAN já está capacitando, dentro dos programas de capacitação dos agentes de trânsito e instrutores no assunto álcool no trânsito, sob orientação da SENAD, inclusive, nos cursos de reciclagem e na renovação da carteira de habilitação. Informou ainda, que no mês de outubro próximo, estarão realizando um seminário voltado para o jovem no trânsito. Acrescentou que existe uma dificuldade muito grande na caracterização do chamado crime de trânsito, causado pelo uso do álcool. Constatada a embriaguez, fica sempre aquela discussão de que, como não houve dano, apenas uma hipótese, um risco de dano, a penalidade normalmente não é aplicada. Vale a pena ser estudado quanto ao esse aspecto jurídico. Em relação a convênio a ser firmado entre os municípios e o Governo Federal, citou o FUNSET – Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, que é originário dos cinco por cento das multas e do DPVAT, que também é de cinco por cento do Seguro Obrigatório, que são destinados às ações de diminuição de acidentes e na área da educação do trânsito e que podem ser uma fonte para as campanhas, que precisam ser constantes, na sensibilização dentro da linha que o Ministério da Saúde está propondo.

22. O Presidente do CONAD, acrescentou que a reunião de hoje, foi focada em um tema específico, ou seja a apresentação dos resultados da Pesquisa e sobre as ações da PNA, ou seja apenas redução da demanda. Com relação à redução da oferta, cumprimentou a Polícia Federal, na pessoa do Conselheiro Getúlio Bezerra, pelos resultados alcançados nas últimas semanas.
23. Item 6 – PALAVRA LIVRE AOS CONSELHEIROS - A Conselheira Fátima Roriz fez uma observação a respeito da campanha do Ministério da Saúde sobre o consumo de álcool, que considera, três semanas de veiculação no vídeo, muito pouco para que atinja seu objetivo e citou o exemplo de sucesso, a campanha do tabaco que teve um conjunto de ações como: aumento de impostos, restrição na mídia e restrição da oferta. Acrescentou ainda, que é a favor da restrição do horário de veiculação da propagandas sobre álcool.
24. Em resposta à Conselheira Fátima Roriz, o Conselheiro Pedro Gabriel informou que as limitações de tempo e de duração das campanhas do Ministério da Saúde a respeito do consumo de álcool, se deve a restrições financeiras e entende que a questão será melhor equacionada quando se conseguir mudar a legislação de maneira que seja possível ter um controle sobre a propaganda de cerveja. De qualquer maneira, considera um avanço por parte do Governo como um todo, em relação ao problema da propaganda de bebidas alcoólicas.
25. A Conselheira Mônica Gorgulho acrescentou que ficou muito satisfeita em ver o CONAD assumindo um compromisso como órgão articulador de medidas, sempre com respeito ao direito do cidadão e do indivíduo. Na sua opinião, essa é uma questão muito importante e observa, sempre, o CONAD reiterando esse tipo de compromisso. Obviamente, o Conselho funciona como um propagador das informações que os Conselheiros recebem e a seu ver, essa é uma informação muito importante para se passar adiante.
26. O Conselheiro Elisaldo Carlini ressaltou que o problema do álcool não está resumido na propaganda deletéria que está sendo feita. Tem vários fatores importantes a serem considerados simultaneamente e somente proibir a propaganda não resolve o problema do alcoolismo, a participação da família e das escolas é fundamental.
27. O Presidente do CONAD acrescentou que o Conselho procurou cumprir o que determina a PNAD – uma participação paritária entre Governo e Sociedade Civil – mas, gostaria que o

F. B. B.

Fuj

P.

[Handwritten signature]

ge

[Handwritten signature]

compromisso assumido por cada Conselheiro, fosse, também, um compromisso dos órgãos que representam.

28. Finalizando o Presidente do CONAD leu um trecho da mensagem de abertura da Pesquisa: "É neste contexto que o governo brasileiro apresenta os resultados deste primeiro Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo do Álcool. Este estudo representa um grande passo no processo de construção da Política Brasileira para o Álcool, uma Política equilibrada, sem viés ideológico de fundamentalismo, ou de banalização do consumo, embasada de forma consistente por dados epidemiológicos, pelos avanços da ciência e pelo respeito ao momento sócio-político do nosso País". Acrescentou que isso define bem, como deve ser tratado o álcool e as outras drogas, sempre pelo caminho do equilíbrio e do bom senso.
29. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CONAD agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E eu, Déborah Domiceli de Oliveira Cruz, Assessora Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, para constar, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

Jorge Armando Felix
Presidente do Conselho Nacional Antidrogas

Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa
Secretário Executivo do Conselho Nacional Antidrogas

Titular: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte
Secretaria Nacional Antidrogas/SENAD

Titular: Getúlio Bezerra Santos
Departamento de Polícia Federal/DPF/MJ

Titular: Paulo Sérgio Ribeiro
Ministério da Defesa/MD

Titular: Lúcia Helena Lodi
Ministério da Educação/MEC

Titular: Francisco de Antônio Souza Brito
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

Titular: Mariza Seixas Tardeli de Azevedo
Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

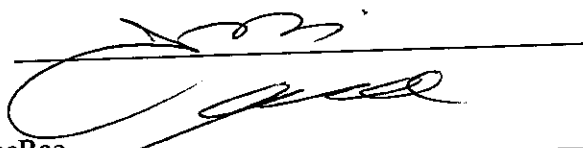
Titular: Luizemir Wolney Carvalho Lago
Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes/CONENS/CEADS

Titular: Domingos Bernardo Gialuisi da Silva Sá
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB Federal

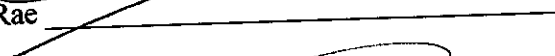
Titular: Elisaldo Luiz de Araújo Carlini
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC

Titular: Mônica Gorgulho
Conselho Federal de Psicologia/CFP

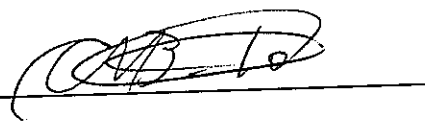
Titular: Fátima Regina de S. Campos Roriz
Imprensa



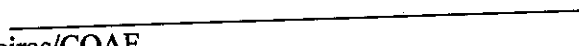
Titular: Edward John Baptista das Neves MacRae
Antropólogo



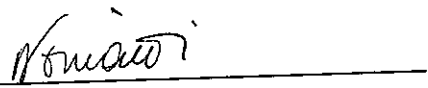
Titular: Mauro de Brito
Secretaria da Receita Federal do Brasil/SRF



Titular: Paulo Márcio Neves Rodrigues
Conselho de Controle de Atividades Financeiras/COAF



Titular: Virginia Toniatti
Ministério das Relações Exteriores



Titular: Ronaldo Ramos Laranjeira
Conselho Federal de Medicina/CFM

